

### **A Educação na Constituinte de 1823**

Cristiano de Jesus Ferronato<sup>1</sup> - PPG-UFPB

O presente trabalho tem como objetivo estudar os Anais da Assembléia Constituinte de 1823, e documentos contemporâneos ao período que se fizerem necessários ao esclarecimento de questões discutidas pelos deputados constituintes. Ele se constitui um desdobramento, num plano mais aprofundado e mais direcionado para a questão da educação, de um projeto de Iniciação Científica desenvolvido em 2000/2001-PIBIC-UEM, no qual estudamos as origens do ensino de História no Brasil. O objetivo desta nova pesquisa, agora em nível de mestrado, é verificar qual o papel reservado à educação no projeto de construção do Estado Nacional brasileiro formulado pelos constituintes de 1823, dando destaque à participação de deputados paraibanos, como Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia, José Ferreira Nobre e Augusto Xavier de Carvalho, neste projeto. Entendemos que aquele é um momento privilegiado para captarmos os fundamentos mais profundos (histórico, filosóficos, econômicos, sociais, culturais, etc.) da questão educacional, bem como as intencionalidades, explícitas ou implícitas, das propostas educacionais que emergiram no Brasil no início do século XIX.

Durante os primeiros séculos da colonização no Brasil, a educação dos colonos ficou principalmente a cargo dos membros da Companhia de Jesus. Preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, os jesuítas forneciam uma educação clássica e humanista, de acordo com a prática dos povos ibéricos da época. Tendo vigorado até meados do século XVIII, a educação jesuítica “não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio e caminhava paralelamente a ele”.<sup>2</sup>

Contudo, desde o século XVI vinham-se operando na Europa várias modificações no campo religioso, político e filosófico, que atingiram seu clímax no século XVIII sob a influência da revolução científica do século anterior; essas modificações chegaram também

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB-PB. cristiano\_uem\_pr@yahoo.com.br

<sup>2</sup> XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo, Editora Cortez: 1980. p.21.

a Portugal, expressando-se principalmente a partir de 1750, através do primeiro ministro do rei D. José I, o Marquês de Pombal<sup>3</sup>. Nesse sentido, em 1759 as reformas pombalinas de acento laicista e caráter pragmático expulsaram os jesuítas dos territórios portugueses, inclusive do Brasil, sob a justificativa de sufocarem a renovação pedagógica iniciada em Coimbra e outros centros de estudos.

Assim, em 1759, o Brasil, sofreu um golpe na sua evolução educacional com a desarticulação de todo um sistema de ensino, o qual não foi substituído por outro que pudesse fazer frente aos imperativos da crescente colônia. Na seqüência, o que se verificou de acordo com Miranda (1975:35) foi “uma série incoerente de medidas, tardias e fragmentadas, com que o governo da metrópole se pôs a talhar, na massa inerte da sociedade colonial, uma obra que desse a ilusão de substituir o organismo dismantelado”.

Segundo Souza (1986)<sup>4</sup>, o vazio que se seguiu à expulsão dos jesuítas deveria ser preenchido pelas chamadas “aulas régias”, que eram uma espécie de escola pública a ser financiada pelo imposto denominado subsídio literário, o qual não surtiu o efeito esperado e desestimulou o recrutamento de professores, fazendo com que a obra educativa no Brasil hibernasse.

A partir de 1808, ano em que a Corte portuguesa se instala no Brasil, D. João toma uma série de medidas no sentido de desenvolver na colônia uma estrutura capaz de atender as exigências de uma sede administrativa; é no contexto da criação de um aparato cultural que se dá a criação de algumas escolas. No entanto, mesmo tendo o Brasil saído da fase joanina com algumas instituições de educação, chegou à independência destituído de qualquer forma organizada de educação escolar.

O período no qual se deu a independência do Brasil configurou-se como um momento de efervescência e de mudanças, tanto no plano externo, no que diz respeito às relações que se estabeleceriam com o restante do mundo, quanto dentro do próprio país, no tocante às questões vinculadas aos rumos que seriam tomados pelo conjunto da sociedade.

---

<sup>3</sup> FALCON, F. J. **A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)**. São Paulo, Ática: 1993

<sup>4</sup> SOUZA, Paulo N. P. de. **Educação na Constituição e Outros Estudos**. São Paulo, Pioneira: 1986

Nesse mesmo período, difundia-se pelo mundo ocidental os ideais iluministas franceses e os pressupostos liberais alavancados pela “A Riqueza das Nações” de Adam Smith e pela independência norte-americana. Em decorrência de tais preceitos, tomavam corpo as idéias que condenavam a escravidão, propagava-se a ideologia burguesa, espalhava-se a cientificidade e valorizava-se o conhecimento utilitarista.

Mesmo com a permanência de certos elementos como a escravidão, a grande propriedade monocultora e a economia voltada para a exportação, pela impossibilidade dos contemporâneos ao período preverem e assegurarem o desenrolar do processo desencadeado em 1822, o momento da emancipação significou a ruptura com a estrutura social, econômica e política que vigorara por cerca de trezentos anos, o que implicava na necessidade de uma reorganização geral da sociedade. Assim, proclamada a Independência e fundado o Império do Brasil, iniciou-se um longo processo de formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro.

Se por um lado tínhamos as implicações de uma ruptura como conseqüência do fim do período colonial, por outro, com o advento do Império, novas perspectivas apresentavam-se como possibilidade real. Tanto a ruptura quanto as novas possibilidades abertas pela Revolução Industrial convergiam no sentido de criar uma necessidade imperativa de se elaborar para o Brasil um projeto nacional, no qual ficassem demarcados os princípios norteados dos novos rumos a serem seguidos.

É nesse contexto histórico em que se insere a elaboração de novas propostas educacionais, pois o processo de formação nacional é global, ocorrendo-nos mais variados setores: político, social, econômico e ideológico, envolvendo todo o conjunto de indivíduos.

O presente trabalho que desenvolvemos em nível de mestrado na Universidade Federal da Paraíba se constitui em um desdobramento de projeto de iniciação científica desenvolvido em 2001 na Universidade Estadual de Maringá/Pr, no qual estudamos as origens do ensino de História no Brasil. Neste trabalho pretende-se verificar através dos Anais da Assembléia Constituinte de 1823 e de outros escritos, como os projetos educacionais do início do Império se vinculam às mudanças da sociedade e aos novos

projetos sociais, políticos e econômicos que se elaboram em decorrência de tais mudanças, relacionando a Educação às questões fundamentais que constituem o alicerce da sociedade. Partindo da premissa de que as propostas educacionais são expressão dos novos rumos que estão sendo tomados, pois tais propostas perpassam a construção ideológica de um novo ideal de homem e sociedade, o advento do Império se configura como momento primordial e privilegiado, como um verdadeiro laboratório onde se pode observar a ligação entre os fundamentos da educação e os fundamentos da sociedade.

Nesse sentido, a Educação passa a ser encarada, a partir daquele momento, como um dos elementos chaves na modelagem de uma nova sociedade, a ponto de ser vista por alguns como uma espécie de panacéia para quase todos os males de que a sociedade padecia. Assim, ela atuaria na construção do conjunto da sociedade como uma de suas determinantes; contudo, apesar de conter suas especificidades, pensamos que a Educação não é autônoma, sendo reciprocamente determinada pelos demais aspectos que compõem esse mesmo conjunto, apresentando-se assim, de forma bem mais complexa do que vem sendo abordada pela historiografia e não se constituindo apenas como um mero instrumento de manipulação das massas ou simples mecanismo produtor de mão-de-obra para atender à estrutura que as elites dirigentes se propunham a organizar.

Diante do contexto histórico já apresentado e da complexidade que envolve as questões relacionadas aos projetos educacionais do período e à Educação propriamente dita, acreditamos ser de alguma relevância a realização de um estudo sistematizado em torno da articulação entre esses dois pontos, ou seja, entre a educação e a realidade social, assim, como entre a Educação e as propostas de novos rumos para o conjunto da sociedade.

Enquanto cidadãos e historiadores, nossa preocupação em relação à Educação envolve principalmente seus aspectos filosóficos e históricos que, ao se articularem, formam um conjunto de pressupostos que juntamente com outros elementos que compõem os alicerces da sociedade, constituirão os parâmetros de pensamento e comportamento dos indivíduos. Assim, mesmo estando o recorte temporal da presente pesquisa situada há

quase duzentos anos, a pesquisa proposta pode fornecer alguns elementos para a compreensão de questões de nossa própria época. No mínimo, mostrará a origem histórica mais remota de questões que ainda hoje são objeto de reflexão dos educadores.

Destaquemos, a título de exemplo, a questão da universalidade e gratuidade do ensino elementar. Atualmente, a gratuidade é concebida no Brasil como um dos principais direitos do cidadão. Tal como é colocada hoje, tal questão é tida como um “direito natural” supra-histórico, isto é, ignorando que esse é um direito historicamente construído. O retorno aos debates da constituinte de 1823 permitiria, no mínimo, a recuperação da historicidade dessa proposta. Ver-se-á, entre outras coisas, que a luta pela universalidade e gratuidade do ensino foi se construindo ao longo do tempo e consagrada como um direito da Carta Outorgada de 1824 – “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”<sup>5</sup>. Há, portanto, uma rica discussão contemporânea à formação do Estado-Nação que se encontra disponível para o historiador refletir sobre esse período fundamental da história da Educação brasileira.

Devemos salientar que partimos da idéia de que as propostas educacionais nem sempre constituem apenas um mecanismo de manipulação dos poderosos, mas, em muitas circunstâncias, também podem funcionar como a expressão do pensamento de homens que acreditam verdadeiramente que seus projetos podem contribuir positivamente para a construção de uma nova sociedade. Tal caso pôde ser observado ao realizarmos uma análise exploratória e provisória dos Anais da Constituinte de 1823 e das propostas apresentadas nos debates daquela Assembléia, como podemos depreender através da fala de um dos deputados constituintes Sr. Gomide: “A instrução do Povo é a primeira fonte de felicidade pública e é um bem que o homem possui até a sua sepultura”<sup>6</sup>.

Se os projetos educacionais do período subsequente ao advento do Império não frutificaram ou se as leis estabelecidas como a da gratuidade do ensino primário foram

---

<sup>5</sup> **DIÁRIO DA Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823**, (Edição fac-similar) Introdução de Pedro Calmon. Senado Federal. Obra Comemorativa do Sesquicentenário da Instituição Parlamentar. Artigo 179 § 32.

<sup>6</sup> Idem. P. 491.

aplicadas ou não, é uma outra questão; o fundamental é enxergar no período pós-independência a existência de uma “agenda”, o reconhecimento da importância da Educação para a construção de uma sociedade moderna e a presença de uma preocupação em disseminá-la.

Nesse sentido, a reconstituição do debate em torno dos projetos educacionais apresentados nos Anais da Assembléia de 1823 é bastante oportuna, na medida em que, a partir deles, poder-se-á identificar a filosofia, as ilusões, os temores e as pretensões dos constituintes brasileiros em relação à questão educacional, podendo então apresentar bastante nítido o vínculo entre a educação e os propósitos de reconstrução social dos constituintes.

Assim sendo, o interesse em apresentar esta discussão se dá no sentido de projetar novas luzes sobre uma fase que, apesar de amplamente reconhecida como importante e significativa da evolução educacional brasileira, ainda possui pontos obscuros e pouco abordados pela historiografia. Apesar de sua importância, os Anais da Assembléia Nacional constituinte do Brasil têm sido pouco estudados pela historiografia da educação brasileira. Dessa forma, a nossa pesquisa pretende trazer à luz a importante contribuição dos deputados constituintes de 1823 para o debate sobre os fundamentos históricos, filosóficos, políticos, sociais e econômicos da educação brasileira do período Imperial.